

PREPARAÇÃO DO EXAME DE FILOSOFIA – 11º ANO

II

A AÇÃO HUMANA E OS VALORES

1. A ação humana – análise e compreensão do agir

1.1. A Rede Conceptual da Ação

Entende-se por rede conceptual da ação o conjunto das componentes inerentes a qualquer ação humana:

Motivo	- o porquê da ação, as razões que nos levam a agir.
Intenção	- o projeto, o que fazemos
Finalidade	- o que pretendemos atingir, o para quê da ação
Deliberação	- pesar os prós e os contras, prever e calcular os resultados da nossa ação
Decisão	- escolha de uma opção entre várias
Meios	- instrumentos e procedimentos adoptados
Resultado	- o que deriva da ação
Consequências	- o modo como o resultado nos afecta a nós e aos outros

Caso prático

João quer ser ator de cinema

Motivo	- Porquê? Porque o mundo do cinema o fascina.
Intenção	- O que quer? Quer ser ator de cinema
Finalidade	- Para quê? Para ser famoso e muito solicitado por belas Mulheres
Deliberação	- João avalia os prós e contras de se tornar ator ou seguir o sonho dos seus pais, ser gestor de empresas. Apesar de ter que trabalhar para poder ir tirar o curso de ator nos EUA, uma vez que o seu pai não lhe paga isso, se conseguir alcançar o seu fim, sentir-se-á realizado. Se entrar para o curso de gestão de empresas, o pai paga-lhe tudo e nem tem que se preocupar com nada, mas no fim poderá ficar com alguma frustração por nunca ter tentado ser ator.
Decisão	- João escolhe entre as várias alternativas possíveis de ação e decide tornar-se ator de cinema porque considera preferível a ser gestor de empresas
Meios	- João trabalha nas férias, vai tirar um curso de ator nos EUA e candidata-se a um casting

Resultado	- João concretizou o desejo de ser ator de cinema
Consequências	- João tornou-se um ator de cinema famoso, admirado no seu país e no estrangeiro, sentindo grande orgulho em si próprio.

- **Ação e acontecimento**

Fazer e acontecer ocorrem sem intenção e sem consciência. A ação humana implica a existência de um agente que a pratica **voluntária**, **intencional** e **livremente**. O agente intervém na ação de forma consciente, porque sabe o que está a fazer; voluntariamente, porque não está a ser obrigado ou coagido; e de livre vontade, porque é ele que decide o que fazer. Nascer é algo que me acontece, mas o suicídio é uma ação humana. O acontecimento é um evento, todas as ações são acontecimentos, mas nem todos os acontecimentos são ações.

- **Voluntário e involuntário**

São involuntárias as ações feitas sob compulsão (coação por violência), ou por ignorância (por desconhecer as circunstâncias do ato). As ações voluntárias são aquelas em que o agente conhece e não ignora nenhuma das circunstâncias da ação e cuja prática não resulta de qualquer coação. Tudo o que se faz por ignorância ou coação é involuntário; aquilo que provoca pesar ou culpa é voluntário. Nenhum ato pode ser simultaneamente voluntário e involuntário.

- **Deliberação e decisão racional**

Podemos ter razões de tipos diferentes para agir desta ou daquela maneira e são essas razões que determinam a escolha das ações que praticamos.. Chamamos “deliberação” ao pensamento que considera e avalia as razões que determinam a ação, ao pesar dos prós e contras, à avaliação das suas consequências.

1.2. Determinismo e Liberdade

A relação entre determinismo e livre arbítrio é um problema. Aparentemente tratam-se de duas crenças incompatíveis, ou seja, quem aceita o determinismo exclui o livre-arbítrio e quem aceita o livre-arbítrio exclui o determinismo.

Entende-se por determinismo a crença de que todo e qualquer acontecimento é o desfecho necessário de acontecimentos anteriores que o causaram; entende-se por livre arbítrio a crença de que existe liberdade em algumas das ações que praticamos, ou seja, depende de mim o que escolho fazer, da minha vontade, deliberação e decisão. Quando falamos em ação humana o determinismo refere-

se não só a causas físicas e biológicas, mas também a condicionantes históricas, psicológicas e culturais. (ex. Não tenho como opção ser um faraó egípcio ...)

O problema levanta-se quando pensamos “como é possível compatibilizar estas duas crenças ou doutrinas filosóficas?”. A ideia de que tudo o que acontece é o efeito necessário de uma causa anterior, exclui a hipótese do livre-arbítrio e falarmos de livre arbítrio é admitir que nem tudo o que acontece é efeito necessário de uma causa anterior.

Perante este problema surgem duas posições opostas: o incompatibilismo, defende que uma das crenças é falsa e o compatibilismo defende que são ambas verdadeiras.

São teorias incompatibilistas:

O **Determinismo Radical** argumenta que todas os acontecimentos, sem exceção, são causalmente determinados (argumento da uniformidade). Ora, as ações humanas são acontecimentos, logo todas as nossas escolhas e ações são determinadas por acontecimentos anteriores. Os deterministas radicais entendem que um acontecimento nada mais é do que o elo de uma vasta cadeia causal e este é o principal fundamento de todo o conhecimento científico. É esta crença que possibilita a formulação das leis científicas, segundo as quais as mesmas causas produzem os mesmos efeitos e perante os mesmos efeitos, podemos inferir as mesmas causas.

Esta relação necessária entre causas e efeitos, por ser necessária, exclui exceções. A crença no livre arbítrio é absolutamente negada e conceitos como responsabilidade, culpa, heroísmo, bem e mal perdem todo o seu significado. Mas esta não é a nossa suposição quotidiana.

O **Libertismo** defende que há ações humanas que não são causalmente determinadas, ainda que não resultem do acaso (**Indeterminismo** – baseia-se na Física Quântica e defende que o microcosmos não funciona segundo o esquema determinista). Negam o determinismo e o indeterminismo, porque ambos excluem a nossa vontade, o controlo que temos sobre os acontecimentos. Os argumentos que apresentam são vários, mas destacam-se os baseados nas nossas experiências introspectivas, na deliberação e na responsabilidade moral: acreditar na liberdade é uma crença do senso comum, comer um bolo não é algo que estivesse determinado à partida, nada o tornava inevitável, porque se assim fosse não se punha a possibilidade de poder ter escolhido comer fruta; antes de agirmos pesamos os prós e os contras, avaliamos as alternativas e as prováveis consequências, temos o sentimento que a nossa decisão não é o prolongamento de causas anteriores; quando julgamos moralmente as ações atribuímos a responsabilidade das mesmas a quem as praticou, o que não faria sentido se estas fossem causalmente determinadas.

É uma teoria compatibilista:

O **Determinismo Moderado** não aceita que a verdade de uma crença implique a falsidade da outra. Rejeita a ideia radical dos deterministas que negam a liberdade e a responsabilidade e rejeita também o indeterminismo, a ideia de que as ações são aleatórias. Os deterministas moderados defendem que é possível conciliar o determinismo com a liberdade e responsabilidade, porque admitem a existência de dois tipos de causas: as internas e as externas. São livres as ações causadas pelas minhas crenças e desejos, pelo meu carácter e personalidade. Não são livres as ações causadas por constrangimentos ou coerções, por compulsões internas (estados psicológicos - o vigilante que adormece) ou externas (coação - assalto uma casa porque me apontam uma pistola à cabeça). O que distingue as ações livres das ações não livres é a natureza das causas que estão na sua origem.

No determinismo radical e no indeterminismo o agente não é responsável pelas suas ações.

2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa

2.1. Valores e valoração – a questão dos critérios valorativos

Entende-se por valores os critérios que orientam e justificam as nossas preferências nas escolhas e decisões. A nossa relação com o mundo é de natureza valorativa, porque as coisas do mundo não nos são indiferentes. Todos os seres humanos agem em conformidade com as suas **preferências** e os seus valores, estes variam em função da pessoa, do grupo social e da cultura. A **hierarquia** dos valores consiste na escala de importância que os indivíduos ou a sociedade dão a determinados valores em detrimento doutros. Normalmente são preferíveis os valores cuja **polaridade** é positiva.

- **Juízo de facto e juízo de valor**

Os juízos de facto são descritivos, informativos e podem ser verdadeiros ou falsos. Os juízos de valor são avaliativos, opinativos, normativos ou prescritivos, pois introduzem regras.

(Armadilha: “O meu compositor preferido é Mozart” é um juízo de facto porque descreve uma preferência minha, a qual pode ser verdadeira ou falsa; não é em si mesmo uma preferência)

- **Carácter subjetivo ou objectivo dos valores**

A hierarquia dos valores é subjetiva, o que implica que o comportamento de um indivíduo numa determinada ação pode ser diferente da de outro. Não só a hierarquia dos valores é subjetiva, como há quem pense que os valores são subjetivos. É isto que o subjetivismo defende, que os valores são criações do

homem individual, não existem independentemente do sujeito que valora e são variáveis.

Valores como Bem e Mal deixam de existir como referências absolutas, uma vez que a sua definição é variável. O homem torna-se a medida de todas as coisas e as regras são feitas por quem as produz.

(Eu pratico o que penso ser o bem)

O objectivismo defende a independência dos valores, ou seja, os valores são fixos. O Bem existe independentemente das boas ações, não depende de nós e o indivíduo opta por segui-los ou não. O facto do indivíduo não os seguir, não significa que estes valores não sejam válidos. “Mesmo que nunca tenha existido, não exista e não venha a existir um amigo fiel, isso não significa que a fidelidade não seja um valor”, diz-nos Kant.

No objectivismo não há poder que altere a validade ao próprio valor do valor.

(Eu pratico o Bem)

Existe uma terceira posição, o trans-subjetivismo, a qual concebe a possibilidade de chegar a consensos para alguns valores e de construir valores que se imponham a nível mundial. Os valores têm origem num consenso racional estabelecido pelo homem.

(Eu pratico o que nós consideramos ser o bem)

- **Questão: os juízos valorativos têm um carácter subjetivo, são relativos às culturas ou são juízos objectivos?**

A natureza dos juízos valorativos assume grande importância quando nos referimos aos valores morais. Podemos falar em verdade e falsidade quando estamos perante questões morais? São os valores morais objectivos e absolutos ou, pelo contrário, dependem do indivíduo ou da cultura em que este se insere?

O **objectivismo** considera que os valores são propriedades objectivas do mundo, o que implica que há gostos e opiniões que pesam mais do que outras. A beleza de um quadro não depende de quem o contempla e se aquele que o contempla não sente a sua beleza é porque não foi educado para isso. Aqueles que defendem a universalidade dos valores, por vezes, fundamentam a sua tese na existência de Deus. Esta é a posição da **teoria dos mandamentos divinos**, segundo a qual as noções de bem e de mal são criações divinas e não existem em si mesmos. É boa a ação que cumpre a vontade de Deus; é imoral uma ação que é contrária à vontade de Deus. Consequentemente, se Deus não existisse, nada seria moralmente certo ou errado. O único código moral verdadeiro é a lei divina e a religião é o fundamento da ética.

O **relativismo moral ou ético** nega a objectividade dos valores e defende que estes variam de pessoa para pessoa e de cultura para cultura.

O relativismo ético subjetivo ou subjetivismo moral considera que os juízos morais dependem das crenças, sentimentos e opiniões dos sujeitos, do que estes aprovam e desaprovam.

Argumentos a favor:

- Valoriza a importância da liberdade e autonomia pessoais
- Afirma que foi devido à intervenção de alguns reformadores morais que se verificou um progresso moral
- Promove a tolerância

Argumentos contra:

- É contraditório porque afirma que não existem teorias verdadeiras e ao mesmo tempo defende a verdade da sua teoria
- Torna inviável a discussão de questões morais, porque basta estar de acordo com o sentimento de alguém para ser verdadeiro
- Tem que admitir a verdade de duas crenças contraditórias
- O facto de não haver concordância sobre as questões morais não significa que não haja uma posição verdadeira

O relativismo ético cultural defende que o valor de verdade dos juízos morais depende do que uma sociedade acredita ser verdadeiro ou falso, por isso não há verdades morais universais.

Argumentos a favor:

- O que é considerado correto ou incorreto varia de sociedade para sociedade
- O certo ou errado depende do que cada sociedade acredita
- Diferentes culturas dão diferentes respostas às mesmas questões
- Promove a tolerância

Argumentos contra:

- Diversas culturas discordaram que a Terra é redonda, o que não significa que não o seja
- É contraditório ao afirmar que não há uma verdade moral objectiva, tomando esta proposição como verdadeira
- A humanidade tem realizado progressos no plano moral, o que indicia a existência de um padrão objectivo (ex. Abolição da escravatura)
- Torna a ação dos reformadores morais (ex. Nelson Mandela) sempre incorreta por ir contra o que é entendido como verdade moral numa sociedade
- Há uma diferença significativa entre o que uma sociedade considera ser moralmente correto e o que é moralmente correto, senão não existiriam mudanças ao longo da história
- Reduz a verdade moral ao que a maioria julga ser verdadeiro, mas as crenças da maioria estão muitas vezes erradas e não devemos defender o conformismo (ex. Apartheid)

- Torna impossível um debate moral entre sociedades ou entre membros de sociedades diferentes

O relativismo moral é bem aceite na generalidade, porque se acredita que promove a tolerância e respeito entre culturas. Cada cultura tem a sua própria perspectiva sobre o que é moralmente certo ou errado e nenhuma se impõe como autoridade incontestável em assuntos morais. Condena o etnocentrismo, ou seja, a ideia de que os nossos valores morais são superiores aos de outras culturas e promove o diálogo entre culturas.

Existe uma relação lógica entre o relativismo moral e a tolerância intercultural, mas não podemos esquecer que:

1. Pode acontecer que em relação a certas questões morais, algumas sociedades estejam erradas
2. Nem sempre é admissível tolerar tudo o que é aceite pelos outros, há práticas morais intoleráveis (ex. A mutilação genital feminina)
3. Contradizendo-se, o relativismo moral apresenta a tolerância como um valor universal ...

Apesar da diversidade cultural, vários filósofos defendem que há valores e princípios universais e que essa universalidade é necessária (ex. Devemos proteger as crianças, mentir é errado e o assassinio é errado). Para além das convenções, há princípios comuns a todas as sociedades que se devem impor como verdades objectivas, universais (aplicam-se a todos, mas admitem exceções), ainda que não absolutas (não admitem exceções). A consciência de que pertencemos todos ao mesmo planeta leva-nos a critérios trans-subjectivos, ou seja, à validação de valores que ultrapassam os interesses individuais, culturais ou mesmo religiosos, como é o caso da Declaração dos Direitos Humanos.

3. Dimensões da ação humana e dos valores

3.1. A dimensão ético-política - análise e compreensão da experiência convivencial

O termo moral designa o conjunto de preceitos e normas que a generalidade dos indivíduos de uma comunidade aceita ou deve aceitar como adequados ou corretos. A ética é a reflexão filosófica sobre as razões porque consideramos válidas, ou não, as normas e os costumes da moral. A ética reflete sobre os fundamentos da moral.

3.1.1. Intenção ética e norma moral

As normas morais são regras gerais de conduta que vêm do exterior e que se devem aplicar a todos os indivíduos por elas abrangidos. Constituem modelos de ação que são apresentados como os que devem ser seguidos, respeitados ou cumpridos. Refletem-se num conjunto de

hábitos, costumes e obrigações estabelecidos como bons pela comunidade a que o indivíduo pertence. Apresentam-se à consciência individual como um conjunto de regras, leis, modelos exteriores que orientam o indivíduo na escolha das ações que essa comunidade prescreve como corretas.

Mesmo quando um sujeito adota normas como suas, aceitando-as e pondo-as em prática, a sua origem e o seu fundamento é sempre exterior à consciência individual, porque foram estabelecidas e transmitidas pela família, escola, sociedade e interiorizadas pela educação.

A intenção deriva da consciência individual, da interioridade de um sujeito que é capaz de se autodeterminar na escolha dos princípios e dos fins das suas ações.

3.1.2. A dimensão pessoal e social da ética - o si mesmo, o outro e as instituições

Quando levantamos a questão “porque havemos de ser morais” temos que atender a duas dimensões da ação moral: o indivíduo, o si mesmo, e a sociedade, o outro e as instituições. Se, por um lado, o homem é um ser social e todas as suas ações afectam de algum modo os outros com quem vive, por outro, sem liberdade individual não há moralidade.

Adoptar um ponto de vista ético nas decisões morais significa dizer que os atos ditados pelo nosso interesse pessoal não têm valor moral e que as ações devem ter em vista o bem estar ou felicidade de si mesmo e do outro. **O ponto de vista ético exige a imparcialidade**, ou seja, dar o mesmo peso aos interesses de todas as pessoas afectadas por uma dada ação. Em certos contextos, contudo, torna-se moralmente permissível ou até obrigatório sermos parciais.

Como devemos agir? Adoptando um ponto de vista moral, imparcial, ou sendo egoístas?

O maior adversário do ponto de vista ético é o egoísmo, o qual aparece sob duas perspectivas: o **egoísmo psicológico** que afirma que todas as ações são fundamentalmente egoístas; e o **egoísmo ético** que defende que todas as nossas ações devem ser egoístas. O egoísmo psicológico centra a ação no “si mesmo”, porque considera que cada ser humano só procura a sua própria satisfação e o egoísmo ético defende que devemos agir em função do nosso interesse pessoal.

A defesa do egoísmo psicológico justifica a necessidade das **instituições** sociais que regulam as relações reais entre os homens e protegem a vida colectiva dos interesses particulares e do egoísmo individual. O egoísmo ético chega a ser paradoxal por defender o interesse individual de cada um e de todos, não dispondo de um critério de avaliação moral superior aos interesses individuais.

Adoptar uma atitude egoísta poderá satisfazer interesses individuais, mas não nos engrandece enquanto seres humanos.

3.1.3. A necessidade da fundamentação da moral – análise comparativa de duas perspectivas filosóficas

A necessidade de fundamentar a moral surge da necessidade de distinguir o moralmente correto do moralmente incorreto. Duas perspectivas filosóficas se destacam: a ética deontológica de Kant e a ética utilitarista de Stuart Mill.

Na **ética kantiana** a moralidade da ação depende da intenção que a determina, independentemente das consequências que dela possam advir. Para Kant uma ação tem valor moral se for realizada única e simplesmente por dever, sem qualquer interesse ou inclinação. À vontade que determina as ações por dever dá-se o nome de “Boa Vontade” e esta é a única coisa neste mundo que tem valor absoluto.

O valor da Boa Vontade não depende dos seus fins, nem dos seus êxitos, “... mesmo que mau grado o seu total empenhamento nada pudesse alcançar (...) ela não deixaria de brilhar como uma joia”. A Boa Vontade surge como o bem supremo do qual todos os outros bens dependem, ela representa a intenção moral, a intenção de cumprir o dever por dever. A ação moral constitui um fim em si mesma e exclui qualquer interesse ou inclinação; às ações legais determinadas por interesses ou inclinações Kant denomina ações em conformidade com o dever, não lhes conferindo valor moral.

O dever impõe-se a qualquer ser racional como uma lei, um princípio objectivo de ação, cujo valor é absoluto e exprime-se sob a forma de um imperativo categórico ou incondicional. O imperativo moral kantiano é formal, diz-nos como devemos agir, não o que devemos fazer.

O imperativo categórico kantiano distingue-se dos imperativos hipotéticos que caracterizavam as éticas materiais até Kant. Estes são condicionais, a ação é um meio para atingir um fim (deves ser prudente para ser feliz) e quem quer o fim, quer o meio. O imperativo categórico é incondicional, a ação é um fim em si mesma.

O critério que permite distinguir uma ação moral implica conhecer a intenção que levou o agente a praticá-la. Se não envolve qualquer interesse ou inclinação, se é desinteressada, então a ação é moral. A intenção moral exprime a subordinação da vontade humana a uma lei racional, estabelecida a priori e que se impõe como uma obrigação. Esta lei exprime-se num imperativo categórico, cujas formulações são:

Princípio da Universalidade – Age como se a máxima da tua ação devesse ser instituída pela tua vontade como lei universal da natureza.

Princípio da humanidade – Age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa, como na de qualquer outro, sempre simultaneamente como um fim, e nunca simplesmente como um meio.

Princípio da Autonomia – Age de forma a qua a tua vontade se possa considerar a si mesma como constituindo simultaneamente, por intermédio da sua máxima, uma legislação universal.

A universalidade é a forma da lei, a humanidade é a sua matéria. Agimos moralmente quando as máximas que determinam as nossas ações se puderem elevar a leis e quando usarmos a humanidade como um fim em si mesmo e nunca como um meio.

CRÍTICAS:

- Não resolve conflitos entre deveres cujas máximas se possam simultaneamente universalizar
- Desculpa ações negligentes, mas bem intencionadas
- Ignora o papel de emoções como piedade ou generosidade na moralidade

Na **ética de Stuart Mill** são as consequências da ação que determinam se esta é moralmente correta ou não. A felicidade é o único bem com valor intrínseco e consiste no prazer e na ausência de dor. Todos nós desejamos ser felizes, por isso a felicidade é a única coisa realmente desejável. Deriva daqui o princípio moral do utilitarismo: as ações são boas na medida em que contribuem para promover e maximizar a felicidade e más na medida em que tendem a gerar o sofrimento – Princípio da maior felicidade ou princípio da utilidade.

Apesar de identificar a felicidade e o prazer, Mill distingue prazeres superiores de prazeres inferiores, considerando estes menos importantes do que aqueles.

CRÍTICAS:

- Apenas nas consequências se avalia a moralidade das ações
- Valoriza os heróis por acaso
- Não desvaloriza males que não tenham prejuízo (mentir sem consequências ...)
- Sacrifica-se uma vida humana em prol do salvamento de muitas
- Dificuldade em fazer os cálculos das consequências, principalmente quando estas não são imediatas

3.1.4. Ética, direito e política – liberdade e justiça social; igualdade e diferenças; justiça e equidade

Articulação entre ética e direito

Entende-se por Direito o conjunto de normas públicas que definem, para uma comunidade, quais são os direitos e deveres de um indivíduo. Tanto a Ética como o Direito dizem respeito à nossa vida em sociedade, só que a ética é uma reflexão filosófica e o Direito é um conjunto de leis. Apesar do Direito procurar uma fundamentação ética, há leis que vão contra os princípios e concepções éticas de algumas pessoas. Quando isto acontece, as pessoas opõem-se ativamente e praticam a chamada “desobediência civil”, ao lutarem pelo que consideram ser o justo e moralmente correto. Esta desobediência pode conduzir a alterações no Direito promovidas por uma maioria, mas também pode provocar um desrespeito generalizado.

O problema da relação entre liberdade política e justiça social (a teoria de John Rawls e as críticas à mesma)

Compatibilizar as liberdades individuais com a vida pública conduziu à necessidade de uma organização política – o Estado. Segundo as teorias contratualistas de Hobbes e Locke o estado surge como um contrato social em que os indivíduos se comprometem a obedecer a um poder político, em troca de benefícios como segurança, justiça, liberdade e direito à vida e ao território. A natureza das organizações políticas difere e é aqui que surge uma questão filosófica: o que é uma sociedade justa?

Para **Rawls**, uma sociedade justa é aquela que permite o equilíbrio entre a liberdade individual (económica e política) e a justiça social. A justiça consiste na igualdade ou equidade, na ideia de que todos os seres humanos devem ter, à partida, os mesmos direitos e liberdades. Uma sociedade justa será aquela que melhor garante a equidade.

O princípio da equidade de Rawls opõe-se ao princípio utilitarista de Mill. Porque este pode legitimar desigualdades e a limitação da liberdade para algumas pessoas, desde que seja em benefício de uma maioria. Rawls não atribui valor intrínseco à felicidade, mas sim à equidade, pois só esta pode promover um aumento da felicidade em geral. No sentido de definir os princípios fundamentais que devem constituir os alicerces de uma sociedade justa, Rawls propõe que se parta, não do contexto em que cada um vive, mas de um contexto neutro ou imparcial. O ponto de partida terá que ser uma posição original, coberta por um “véu de ignorância” acerca da nossa real posição na sociedade. Nesta situação hipotética, Rawls acredita que os seres humanos acordariam nos seguintes princípios:

1. Princípio da igual liberdade (cada um tem direito à máxima liberdade compatível com a liberdade de todos os outros)

2. Princípio da igualdade de oportunidades / oportunidade justa – é necessário garantir que todos partam de uma base igual, ainda que necessariamente se venham a verificar desigualdades
3. Princípio da diferença – a distribuição da riqueza deve ser equitativa, desigual, favorecendo os que estão em pior situação ou os que incentivam maior produtividade. Maximiza-se o mínimo, de modo a atenuar as desigualdades.

CRÍTICAS:

- Nesta situação hipotética não há lugar para negociações
- Há falta de informação sobre, por exemplo, o que se entende por liberdade
- Subvaloriza a ambição dos agentes, pois numa situação hipotética mesmo os mais ambiciosos supõem que lhes pode acontecer o pior
- Na ética kantiana os ricos estariam a ser usados como um meio para atingir a melhor qualidade de vida dos pobres.
- Atinge direitos legítimos de enriquecimento, como por exemplo as heranças
- O princípio da diferença não distingue a forma como as pessoas enriquecem, torna o mérito irrelevante
- Não atende às desigualdades a nível de saúde

Opondo-se às teorias de Rawls, Nozick afirma que a liberdade é um valor superior à igualdade. Não há injustiça na desigualdade, excepto se esta resultar de meios ilícitos. Os direitos individuais são invioláveis (vida, liberdade, propriedade e iniciativa) e a intervenção do Estado consiste num uso ilegítimo da força quando atenta contra a liberdade individual. O que se herda, recebe ou ganha licitamente é um direito de propriedade que não pode ser violado. Os impostos devem assegurar apenas o funcionamento das funções de soberania do Estado (finanças públicas, tribunais, polícia, forças armadas, representação externa) e nunca se destinarem a redistribuição. O Estado deve assegurar e manter as liberdades individuais.

3.2. — A dimensão estética

3.3. Dimensão religiosa - análise e compreensão da experiência religiosa

3.3.1. A religião e o sentido da existência – a experiência da finitude e a abertura à transcendência

As religiões correspondem a uma necessidade natural do ser humano, a de dar resposta ao sentido da sua existência. O Universo surge normalmente como uma criação de um ou vários deuses e a vida terrena como algo cujo fim representa a transição para um plano superior ou transcendente. Neste contexto, a vida humana cumpre o plano de uma inteligência superior que arquitetou tudo com um propósito e se

cumprirmos o seu desígnio seremos recompensados. Este argumento a favor das religiões é falacioso, pois pelo facto de nos ser vantajoso, isso não significa que seja verdadeiro.

A religião não é a única fonte possível de sentido para a existência humana, se é que esta tem algum sentido ... Filósofos como **Albert Camus** negaram a existência de um sentido para a existência humana, condenando-a ao absurdo.

Para além da religião, podemos adoptar dois sentidos para a existência humana: o ponto de vista ético e o ponto de vista universal. Se adoptarmos o ponto de vista ético, aproximamo-nos da ética kantiana e colocamos a felicidade como fim último que todos pretendemos atingir. O sentido encontra-se na obtenção da felicidade como recompensa merecida, o que leva **Kant** a aceitar como postulado da razão prática a existência de Deus, garantia de uma justiça final. O ponto de vista universal vai ao encontro de **Peter Singer** e coloca-nos como seres finitos que devem assumir uma posição de imparcialidade perante o universo, porque o sentido da nossa existência advém do valor das nossas ações que se projetam no universo, para além dos interesses individuais.

3.3.2. ?

3.3.3. Religião, razão e fé – tarefas e desafios da tolerância

Há posições que incompatibilizam a fé e a razão por considerarem que a fé parte de um sentimento e que este não é traduzível num raciocínio: o fideísmo e o ateísmo. O fideísmo defende que só através da fé podemos acreditar na existência de Deus e **Kierkegaard**, no século XIX, chega a afirmar que o único critério de vida é a fé e esta é individual, privada, pessoal e solitária. Só no estádio religioso o homem se aproxima do absoluto e da salvação eterna.

Ao eliminarmos a razão desta questão, tanto podemos acreditar que sim, como que não ... Esta é a posição do ateísmo, que não aceita a fé religiosa como suficiente para aceitar a existência de deus e encontra fortes argumentos contra, nomeadamente a existência do mal no mundo, incompatível com a ideia de um deus onnipotente, onnisciente e bom. O agnosticismo é uma posição mais neutra que defende a suspensão do juízo, já que a razão não apresentou, nem apresentará argumentos que nos levem a acreditar ou não na existência de deus.

Por outro lado, muitos filósofos ao longo da história procuraram compatibilizar a razão e a fé. Filósofos medievais como Sto. Anselmo e S. Tomás de Aquino apresentaram argumentos a favor da existência de Deus, os quais têm sido centrais na história da filosofia:

Argumento ontológico – a essência de Deus como Perfeição implica a sua existência, ou não seria perfeito.

Argumento cosmológico – baseia-se na ideia da causalidade universal e defende que o retrocesso na cadeia de causas tem que parar numa causa não causada ou causa primeira.

Criticas:

- A causa primeira teria que fazer parte da natureza e não lhe poderia ser transcendente (a causa primeira pode ser o Big Bang ...)
- Dizer que tudo tem uma causa e que há uma causa não causada é contraditório
- Mesmo que se admita a existência de uma causa não causada ela não tem que ter as características que se atribuem a Deus

Argumento teleológico – analogia entre o Universo e uma máquina. Assim como a máquina funciona para um determinado fim e foi criada por alguém que lho inculuiu, também a complexidade do Universo implica uma razão de ser ou um fim que terá sido designado por Deus.

CRÍTICA À PERSPECTIVA RELIGIOSA

Podem ser usadas as perspectivas de Freud, Marx ou Nietzsche, mas no livro de preparação para o exame puseram este:

Um dos argumentos mais usados contra a existência de Deus e, consequentemente, contra a perspectiva religiosa é o problema do mal. Este argumento defende que a existência do mal no Universo (catástrofes naturais, doenças e todo o mal provocado pelos seres humanos) é incompatível com a existência de um Deus criador, com as características que se Lhe atribuem de onisciência, onipotência e bondade suprema. Se é onipotente poderia ter criado um universo onde não existisse mal e sofrimento; se é onisciente tinha consciência do que é o mal e da existência dele; e se é sumamente bom não poderia desejar a existência do mal no mundo. Sendo assim, ou Deus não existe, ou falta-Lhe pelo menos uma desta três qualidades que lhe são atribuídas pelo teísmo.